

## O ATIVISMO POLÍTICO DAS COMUNIDADES JONGUEIRAS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SUL FLUMINENSE

**Luana da Silva Oliveira<sup>1</sup>**  
**Vanessa Santos do Canto<sup>2</sup>**  
**Igor Raposo Porto<sup>3</sup>**  
**Monique Barbosa Dutra<sup>4</sup>**  
**Pedro Paulo Machado<sup>5</sup>**  
**Raquel Gonçalves Heleno<sup>6</sup>**  
**Sonia Regina Rodrigues Maia<sup>7</sup>**

### RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados obtidos no âmbito do projeto de pesquisa “O ativismo político das comunidades jongueiras no processo de implementação de políticas públicas no Sul Fluminense”. É resultado de discussões teóricas e metodológicas realizadas ao longo do processo de investigação realizado no âmbito do Programa de Iniciação Científica do UGB (PIC). Dessa forma, apresentamos o perfil socioeconômico dos integrantes da Associação Cultural Sementes D’África, organização não governamental composta por integrantes de dois importantes grupos de jongo de Barra do Piraí, o Caxambu do Tio Juca e os Filhos de Angola e do Grupo de Jongo de Pinheiral, representado pelo “Centro de Referências e Estudos Afro do Sul Fluminense” (CREASF). Além disso, discutimos alguns limites relativos à implementação de políticas públicas culturais e de seguridade social, a partir de informações coletadas através dos questionários aplicados pelos discentes envolvidos na pesquisa.

**Palavras-chave:** jongo; memória; direitos culturais; políticas públicas

---

<sup>1</sup> Professora do Centro Universitário Geraldo di Biase. Mestre em História pela UFF. E-mail: luadoliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Centro Universitário Geraldo di Biase. Doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio.

<sup>3</sup> Discente do 8º período curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo di Biase, campus Barra do Piraí.

<sup>4</sup> Discente do 6º período curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo di Biase, campus Barra do Piraí.

<sup>5</sup> Discente do 6º período curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo di Biase, campus Barra do Piraí.

<sup>6</sup> Discente do 6º período curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo di Biase, campus Barra do Piraí.

<sup>7</sup> Discente do 6º período curso de Serviço Social do Centro Universitário Geraldo di Biase, campus Barra do Piraí.

**ABSTRACT**

This work presents the results obtained in the framework of the research project "The political activism of jongueiras communities in the process of implementation of public policies in Sul Fluminense". Is the result of discussions theoretical and methodological carried out throughout the process of research carried out under the Program of Scientific Initiation of UGB (PIC). In this way, introducing the socioeconomic profile of the members of the Cultural Association Seeds D'Africa, non-governmental organization composed of members of two major groups of jongo Barra Do Pirai, Caxambu Uncle Juca and the Children of Angola and the Group of Jongo of Pine Forest, represented by the "Center of References and Studies Afro of Sul Fluminense" (CREASF). In addition, we discuss some limitations related to the implementation of public policies cultural and social security, from information collected through questionnaires by students involved in the research.

**Keywords:** jongo; memory; cultural rights; public policies.

**INTRODUÇÃO**

“Tava dormindo  
Angoma me chamou  
Disse levanta povo  
Cativeiro se acabou.”

(Ponto de jongo de várias comunidades<sup>8</sup>)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos art. 215 e 216 dispõe sobre o reconhecimento e a importância de serem preservados e valorizados os patrimônios materiais e imateriais dos diferentes povos que contribuíram e contribuem para a formação do estado brasileiro. Essa perspectiva aponta para a diversidade e o pluralismo valoriza as diferenças e está relacionada com a redefinição da ideia de nação e de identidade nacional.

Antes do atual texto constitucional, com as restrições colocadas pela prática do tombamento, os valores que pautavam as políticas patrimoniais eram a excepcionalidade, autenticidade, materialidade e permanência do bem a ser protegido. Entretanto, o decreto n.º. 3.551, de 04 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. No ano de 2005, o jongo foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e foi registrado no livro Formas de

---

<sup>8</sup> Ponto extraído do Dossiê Jongo do Sudeste (Iphan/ MinC, 2005).

Expressão, que teve como base a pesquisa realizada pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Além disso, é fundamental destacar que esse fato se deve a mobilização política de diferentes grupos jongueiros existentes na região Sudeste do Brasil.

O reconhecimento dos direitos culturais é um passo importante para a efetividade dos direitos humanos. Entretanto, o reconhecimento dos direitos culturais deve ser acompanhado de políticas públicas que garantam a sua efetividade, conforme dispõem o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, ambos de 1966 e reafirmado pela Convenção de Viena de 1993, que afirmam a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

No Brasil, a institucionalização do patrimônio cultural tem como marco a década de 1930, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado. Contudo, apenas na década de 1970, acontece a introdução da noção de “referência cultural” no campo do patrimônio cultural, e de modo pioneiro, vai sugerir novos critérios de atuação para além do tombamento. A principal contribuição dessa perspectiva foi a ampliação do conceito de patrimônio cultural, que terminou consolidada na Constituição Federal de 1988, no art. 216, que dispõe que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Assim, o patrimônio visto de forma dinâmica passou a abranger os bens culturais de natureza imaterial ou intangível.

Por sua vez, o decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial representa um novo momento da política cultural de preservação nacional, uma vez que se beneficia da difusão da noção de diversidade cultural. ARANTES (2005) destaca que ao explicitar a diversidade como princípio inerente à identificação dos sujeitos das ações patrimoniais, o texto legal, instituiu que o caráter desse universo de bens é de predominância popular. No ano de 2005, o jongo foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial. Dentre as justificativas desse reconhecimento são destacadas:

[...] a sua representatividade na tão propalada tese da “multifacetada identidade cultural brasileira”, conforme termos dos próprios documentos produzidos pela pesquisa e mencionados no parecer do IPHAN. Também foram valorizados o seu papel de representante da resistência afro-brasileira, na região Sudeste, assim como seu caráter de referência cultural, como remanescente do legado dos povos africanos de língua bantu escravizados no Brasil. Por fim, outro fator considerado foi a necessidade de apoio do poder público às comunidades que passam por dificuldades econômicas básicas (MATTOS & ABREU, 2007, p.70).

Diante dos argumentos que fundamentam a candidatura e eleição do jongo como patrimônio cultural imaterial, a pesquisa de caráter interdisciplinar está centrada na possibilidade de diálogo estabelecida entre o Serviço Social e a História, a fim de investigarmos a relação existente entre o dever de memória (HEYMANN, 2006), que resulta do não esquecimento da experiência histórica e as reivindicações e lutas de afrodescendentes por direitos de memória e políticas de reparação, a fim de garantir a efetividade dos direitos humanos.

Para realizarmos nossa investigação, no decorrer da pesquisa foram realizados encontros semanais a fim de discutirmos com os discentes que participaram do projeto, alguns documentários historiográficos<sup>9</sup>, bem como textos sobre o jongo como patrimônio cultural imaterial (ABREU, 2007; MATTOS & ABREU, 2008). Além disso, debatemos sobre os conceitos de cultura popular (ABREU, 2003), identidade cultural (HALL, 2003), gênero (CARNEIRO, 2003; PEDRO, 2005) e direitos humanos (BARROCO, 2004, 2006; HERRERA FLORES, 2008, 2009). O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar quais são as formas de ativismo político empreendido pelas comunidades jongueiras no processo de implementação de políticas públicas, sobretudo culturais, nos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral.

Os objetivos específicos consistiam em resgatar a trajetória histórica, sociocultural e jurídica das comunidades jongueiras dos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral; traçar o perfil socioeconômico dos integrantes das comunidades jongueiras de Barra do Piraí e Pinheiral; realizar o levantamento das ações desenvolvidas e políticas implementadas pelos órgãos estatais no processo de implementação de políticas culturais nos municípios de Barra do Piraí

---

<sup>9</sup> ABREU Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. IN: ABREU Martha, SOIHET Rachel e GONTIJO Rebeca. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007. / ABREU, Martha e MATTOS, Hebe (orgs.) Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio. Niterói: UFF. NEAMI, 2008.

e Pinheiral; refletir sobre as relações estabelecidas entre os órgãos governamentais e as comunidades jongueiras no processo de implementação das políticas públicas nos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral; investigar de que maneiras são tratadas as demandas relativas à transversalidade das variáveis gênero, raça e classe a partir dos discursos dos atores governamentais e das comunidades jongueiras envolvidas no processo de implementação de políticas públicas nos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral.

A relevância da pesquisa pode ser demonstrada a partir de três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, as demandas sociais pautadas na identidade dos sujeitos podem ser entendidas como novas expressões da questão social (PASTORNI, 2007). Em segundo lugar, faz-se necessário resgatar a processualidade histórica a partir da qual são constituídos os direitos. Neste sentido, a formalização de demandas sociais e políticas públicas pautadas na experiência do passado histórico impõem a necessidade de valorização da memória. Em terceiro lugar, a dinâmica sócio histórica que conforma o sul fluminense e a riqueza cultural da região possibilita a investigação relativa aos processos de implementação de políticas culturais por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, baseadas em leis e documentos oficiais decorrentes de uma nova noção de patrimônio que incorpora o conceito de cultura.

## **MATERIAL E MÉTODO**

A proposta de pesquisa apresenta abordagem dedutiva e histórica e possui caráter exploratório (GIL, 2008). Foi desenvolvida em duas comunidades jongueiras localizadas no sul fluminense, especificamente nos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral. Os procedimentos metodológicos utilizados no processo investigativo consistiram na realização de levantamento bibliográfico de pesquisas que se relacionem com o tema ora apresentado, pesquisa documental<sup>10</sup> com o objetivo de se compreender as ações e procedimentos necessários ao reconhecimento de um patrimônio cultural imaterial e de implementação de políticas públicas,

---

<sup>10</sup> Foram consultados os documentos: Jongo, patrimônio imaterial brasileiro; Dossiê jongo do Sudeste; Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan.

programas e serviços nas comunidades jongueiras, reuniões semanais para discutir os textos indicados pelas orientadoras.

Além disso, foram aplicados 07 (sete) questionários junto aos integrantes da Associação Cultural Sementes D'África e 11 (onze) questionários junto aos integrantes do Grupo de Jongo de Pinheiral, com questões agrupadas em: dados gerais do grupo; identificação da pessoa de referência da família; educação; trabalho; características do domicílio; saúde; políticas culturais; programas sociais; associativismo e renda familiar. Os questionários foram aplicados às pessoas de referência (ou responsáveis) das famílias que, segundo o IBGE é a primeira do identificada no questionário, a partir da qual seriam verificadas as relações de parentesco entre os moradores do domicílio e observadas as estruturas familiares. Esse recurso metodológico foi adotado na medida em que o jongo é uma prática cultural transmitida para as próximas gerações e que possui caráter familiar. Apesar de ter adquirido um caráter mais espectacularizado (ABREU & MATTOS, 2007)<sup>11</sup> nos últimos anos, o jongo ainda permanece sendo praticado no interior do grupo familiar (IPHAN, 2005; OLIVEIRA, 2009, 2013). Dessa forma, pudemos verificar que alguns integrantes das famílias dos respondentes não faziam parte do grupo jongueiro e, dessa maneira, as informações relativas a esses indivíduos não foram consideradas para fins de levantamento e análise dos dados obtidos, ou seja, esse foi o critério de exclusão utilizado.

Pretendíamos, ainda, realizar entrevistas com roteiros semiestruturados a fim de resgatar a trajetória histórica, sociocultural e jurídica das comunidades jongueiras dos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral junto às lideranças reconhecidas pelos integrantes dos próprios grupos. Entretanto, não foi possível realizar as entrevistas, pois as lideranças jongueiras estavam envolvidas em vários eventos em virtude da realização das conferências municipais e estaduais preparatórias para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), realizada no início do mês de novembro de 2013, na cidade de Brasília.

---

<sup>11</sup> Mattos & Abreu (2007, p. 77) refletem sobre os significados do jongo enquanto espetáculo mesmo no século XIX, a partir de relatos dos viajantes. Afirmam as autoras: “Aliás, vários espetáculos: de um ‘bom’ senhor, nas selvagens terras do café; da escravidão, que e justificava pela domesticação daquela aparente barbárie; e do próprio escravo, que exibia sua presença e seus ‘divertimentos’, enquanto guardava para si os significados mais profundos daqueles cantos e danças”. Para uma percepção do jongo enquanto espetáculo e seus rebatimentos sobre essa prática cultural na atualidade, a partir da própria fala dos jongueiros: DVD Jongos, Calangos e Folias. Música Negra, memória e poesia.

**BARRA DO PIRAÍ - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SEMENTES D'ÁFRICA**

Barra do Piraí é um município localizado na região do Médio Vale do Paraíba, região que se desenvolveu a partir da produção do café. O apogeu da região ocorreu em meados do século XIX, visto que a região produzia noventa por cento do café consumido no Brasil e no exterior. Segundo Oliveira (2013, p. 03), a cidade: “devido à presença da ferrovia e todo o desenvolvimento que essa trouxe em um curto período para o Brasil, representou uma curiosa amostra de um Brasil industrializado, que não existia na época”. A autora, também esclarece que:

A estrada de ferro trouxe para Barra do Piraí muitos imigrantes e formou no município uma população diferenciada. Foi para a população negra, que trabalhou nas lavouras do café e que com a abolição, em 1888, se viu ainda mais desamparada, uma opção de permanência na região do Vale do Paraíba. Esses negros passaram a ocupar as regiões periféricas da cidade, onde ainda hoje encontramos os núcleos jongoeiros do município. Esses núcleos são compostos por variadas famílias que se reúnem para fazer o jongo, também chamado de caxambu ou tambu, como forma de diversão, manutenção e transmissão da manifestação cultural. O jongo é uma herança familiar do tempo da escravidão e expressa através do seu canto uma história de resistência e luta (OLIVEIRA, 2013, p. 03).

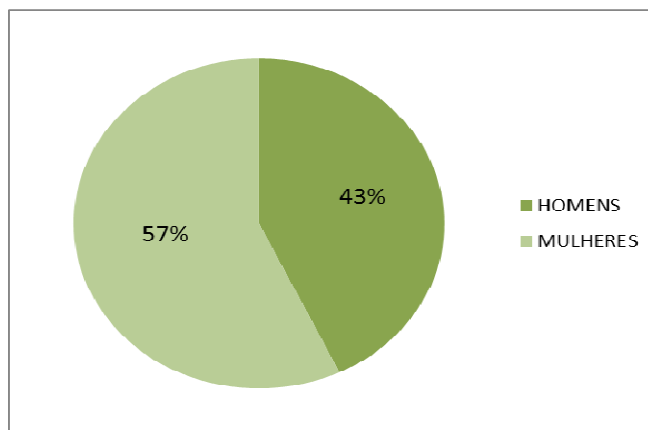
Apesar da repressão sofrida ao longo do tempo, o jongo continua a ser praticado basicamente nos círculos familiares, mas ganha nova força a partir do processo de redemocratização do país que possibilitou maior liberdade de expressão (OLIVEIRA, 2013). O novo fôlego obtido pelo jongo enquanto expressão cultural coincide, ainda, com o momento de surgimento e rearticulação de inúmeros movimentos sociais ao final da década de 1970 (tais como os sindicatos, o movimento feminista, o movimento negro e o movimento homossexual) e da promulgação do novo texto constitucional em 1988, que ratificou os novos parâmetros para o reconhecimento de um patrimônio cultural no Brasil. Além disso, é importante ressaltar que esses movimentos passam a articular, a partir dos anos 1990, suas demandas políticas em torno do que alguns autores têm denominado de políticas de identidade e do discurso em prol da efetividade dos direitos humanos.

Nesse contexto, a Associação Cultural Sementes D'África surge como resultado de uma trajetória de rearticulação política e de resistência em defesa do jongo. Foi criada em setembro de 2007 e é formada por integrantes de dois antigos grupos de jongo da cidade de Barra do Piraí, Caxambu do Tio Juca (comunidade do bairro da Caixa D'água Velha) e Filhos de

Angola (comunidade do bairro da Boca do Mato). A associação integra a rede de Pontos de Cultura com o projeto “Jongo – História, Sabedoria e Identidade Negra”. Possui como principal objetivo divulgar e preservar o jongo de Barra do Piraí e, nesse sentido busca desenvolver atividades que possibilitem a transmissão dos saberes e das práticas culturais e de valorização do jongo, uma das expressões culturais brasileiras de matriz africana.

Foram aplicados 07 (sete) questionários que permitiram obter informações acerca do perfil dos integrantes do grupo de jongo Sementes D’África. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o grupo atualmente conta com cerca de 20 (vinte) integrantes, divididos entre 08 famílias. Responderam aos questionários 04 (quatro) mulheres e 03 (três) homens (gráfico 01). É importante destacar que quatro respondentes correspondem a 02 (dois) casais e 02 (duas) respondentes não informaram as questões relativas à composição familiar. Dessa forma, obtivemos informações acerca de 10 integrantes da Associação Cultural Sementes D’África.

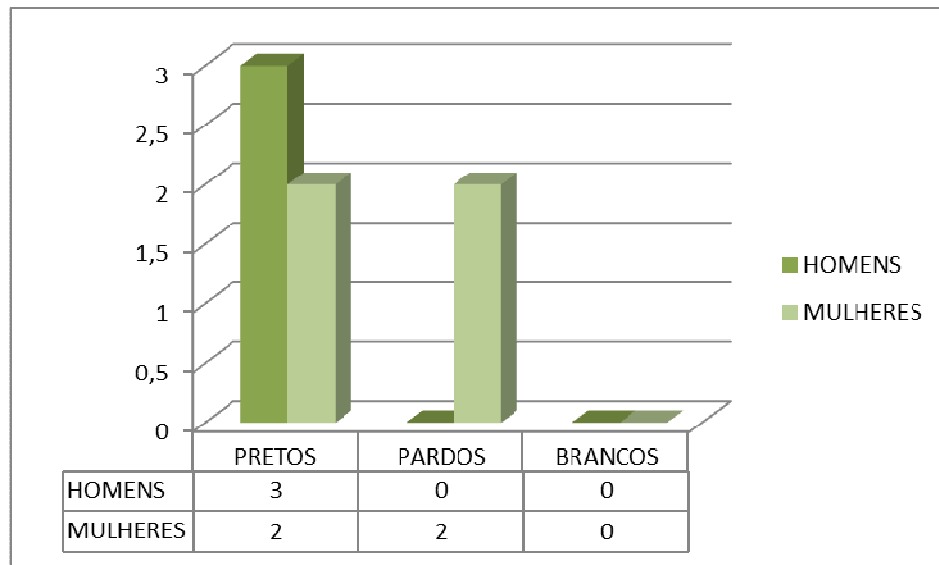
**Gráfico 01 - Sexo/Gênero dos Respondentes**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

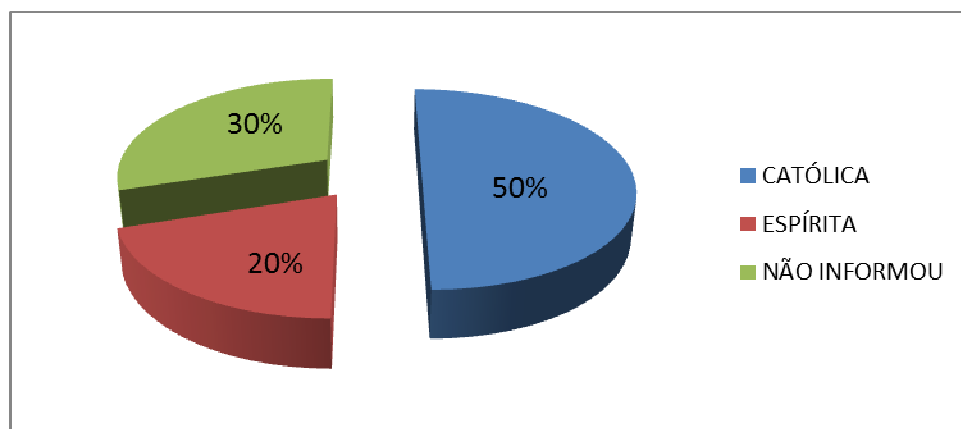
Os homens possuem idade entre 46 e 60 anos, ao passo que as mulheres entre 45 e 58 anos. Todos os homens se autodeclararam negros, segundo as categorias censitárias do IBGE (pretos: 03) e as mulheres se autodeclararam negras (pardas: 02 e pretas: 02), conforme o gráfico 02.



**Gráfico 02 – Raça/Cor dos Respondentes**

Fonte: Questionários aplicados em Barra do Pirai.

O gráfico 03 mostra que em relação à religião, 05 (cinco) integrantes informaram serem católicos (50%), 02 (dois) afirmaram ser espíritas (20%) e 03 (três) não informaram a religião (30%).

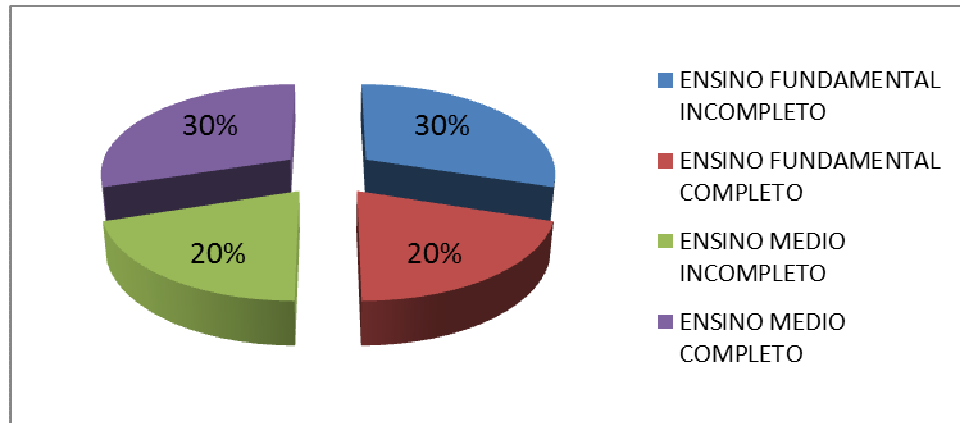
**Gráfico 03 – Religião dos Respondentes**

Fonte: Questionários aplicados em Barra do Pirai.

Em relação à educação, do total de 10 (dez) integrantes do grupo dos quais obtivemos informações, 20% possuem ensino médio completo, 20% dos integrantes informaram possuir ensino fundamental completo, 30% dos integrantes possuem ensino fundamental incompleto e

30% dos integrantes possuem ensino fundamental completo, conforme pode ser observado no gráfico 04.

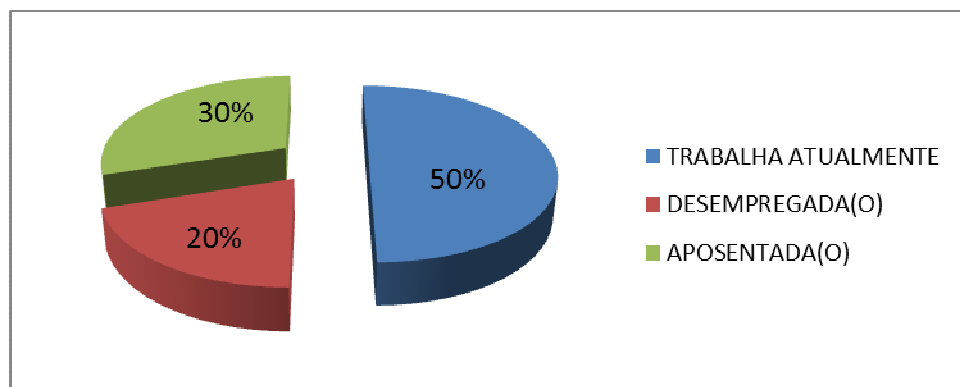
**Gráfico 04 – Escolaridade Integrantes do Grupo**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

No que se refere ao trabalho, foram apresentadas profissões como forneiro, cabeleireira, pintor, babá, auxiliar de serviços gerais, servente, do lar e 01 (um) integrante não informou a profissão. O gráfico 05 mostra que dos 10 (dez) integrantes dos quais obtivemos informações, 05 (cinco) não trabalham (50%) e 05 trabalham (50%). É importante ressaltar que do total de integrantes que não trabalham 03 (três) são aposentados (30%).

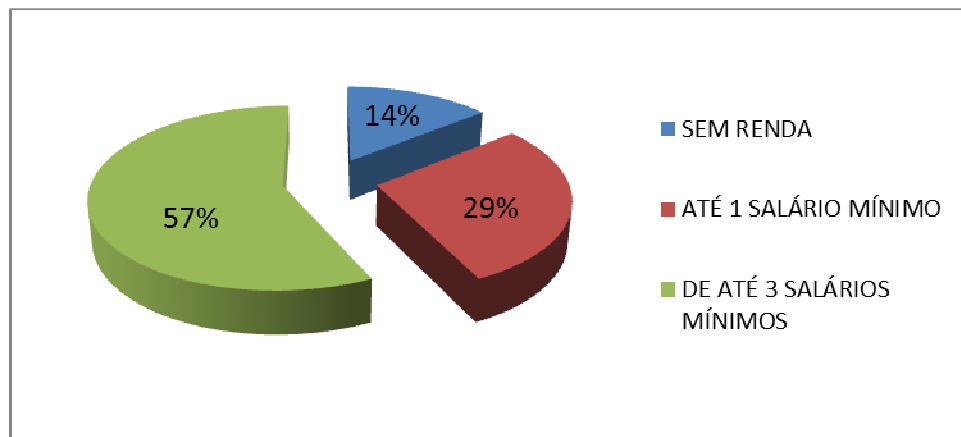
**Gráfico 05 – Inserção no Mercado de Trabalho**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

Em relação à renda familiar, 01 (uma) família não possui renda, sendo mantido por parentes, 02 (famílias) recebem até 01 (um) salário mínimo e 04 (quatro) famílias possuem renda de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos, segundo informações que constam do gráfico 06.

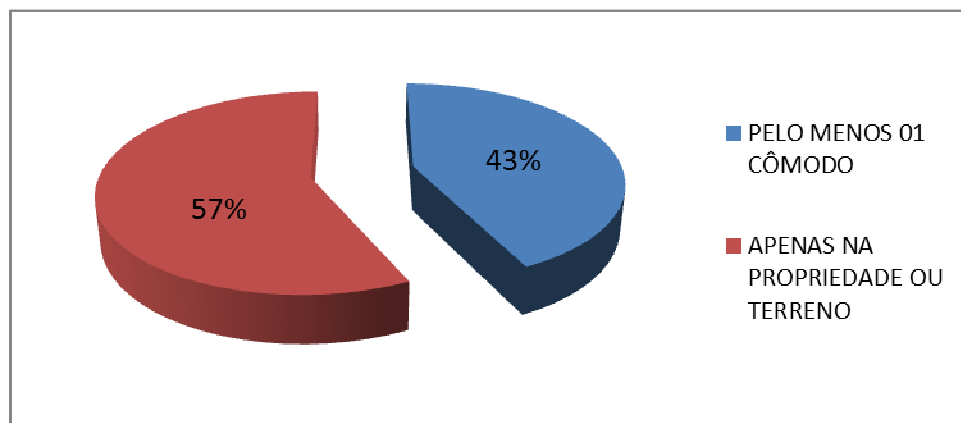
**Gráfico 06 – Renda Familiar**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

Além disso, em relação à situação do domicílio todos afirmaram residir na área urbana, em casa própria, com uma média de 04 (quatro) cômodos. Em relação ao tratamento de esgoto, apenas 03 (três) integrantes responderam que o domicílio é ligado a rede geral. No que se refere à água canalizada, 03 integrantes responderam que a água é canalizada em pelo menos um cômodo (43%) e 04 informaram o domicílio possui água canalizada na propriedade ou terreno (57%), conforme pode ser observado no gráfico 07.

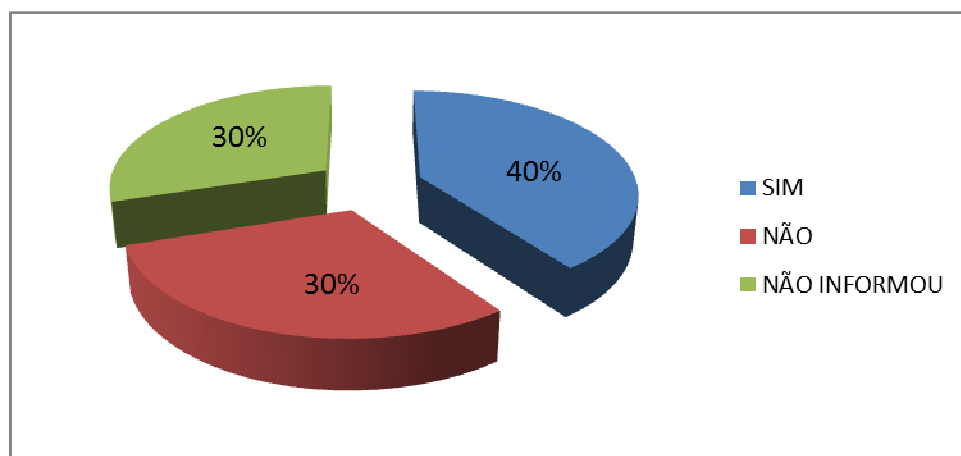
**Gráfico 07 – Água Canalizada no Domicílio**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

Em relação à saúde, 04 (quatro) integrantes informaram que possuem doenças crônicas e fazem uso de medicação contínua (40%). A hipertensão atinge os 04 (quatro) integrantes, sendo que uma 01 (uma) também é diabética. Além disso, todos afirmaram que além de procurarem os serviços públicos de saúde, também utilizam práticas de medicina tradicional como benzedeadas e ervas medicinais. Ressalte-se que 03 (três) integrantes do grupo informaram que recebem a visita de agentes comunitários de saúde.

**Gráfico 08 – Possui alguma doença/problema de saúde?**

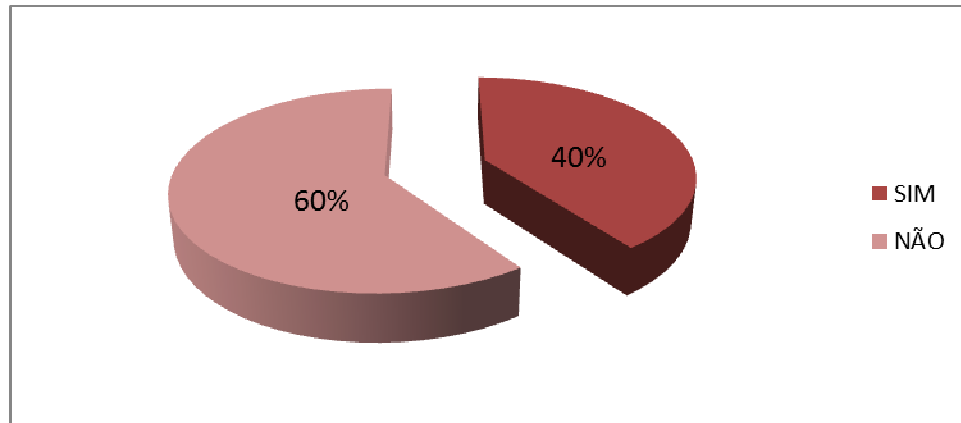


Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

No que se refere às políticas culturais, todos os integrantes informaram que não recebem recursos do IPHAN e destacaram a burocracia como o principal entrave para a captação de recursos a serem destinados ao desenvolvimento das atividades do grupo.

Além disso, a partir das respostas apresentadas nos questionários foi percebido um baixo grau de articulação com outros movimentos sociais. Os integrantes ressaltaram a necessidade de maior união no interior do grupo. Entretanto, importante destacar que 01 (uma) integrante afirmou participar ativamente da rede de Jongueiros do Sudeste, 01 (uma) integrante participa de uma Escola de Samba localizada no município de Barra do Piraí, 01 (uma) participa do pólo Audiovisual da Prefeitura e 01 (um) participa da Associação de Moradores.

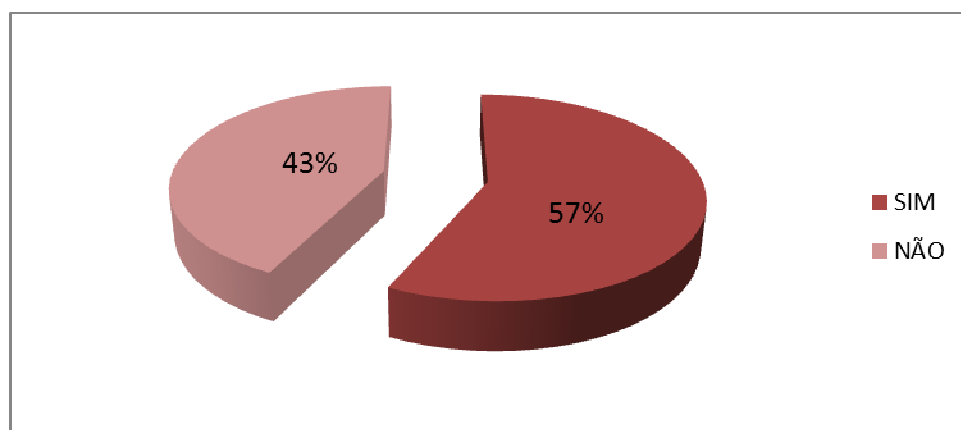
**Gráfico 09 – Além do grupo de jongo/caxambu, você participa de algum outro grupo, associação ou movimento organizado?**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

A inserção nos programas sociais do governo também se revelou bastante frágil. Esse aspecto foi bastante ressaltado pelos integrantes do grupo que afirmaram a necessidade de maior inserção do poder público no território. E, em relação aos serviços sócio assistenciais, 57% dos respondentes informaram não conhecer um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) ou um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e 43% responderam que conheciam o equipamento, conforme o gráfico 10.

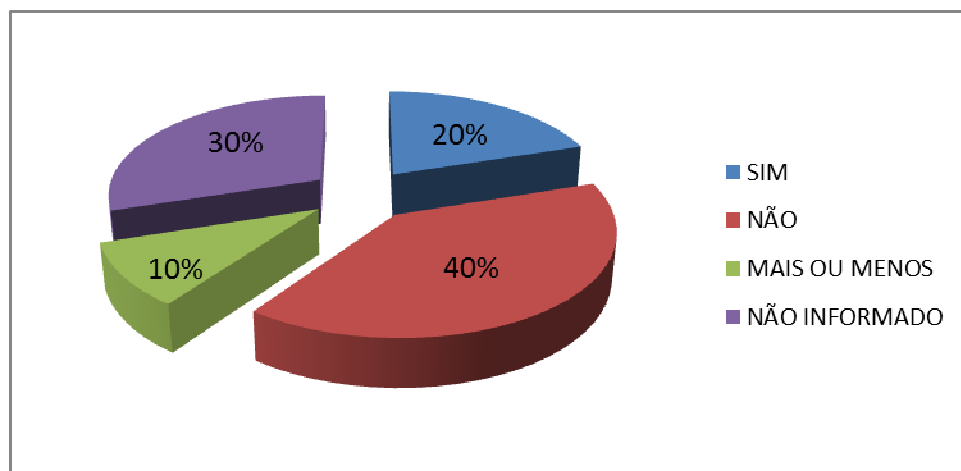
**Gráfico 10 – Conhece um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)?**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

De acordo com o gráfico 11, em relação ao conhecimento sobre as competências e atribuições do (a) assistente social, 01 (uma) integrante afirmou saber mais ou menos o que faz um(a) assistente social, 03 (três) não informaram, 04 (quatro) disseram não saber o que faz um assistente social e 02 (dois) afirmaram saber qual é o papel do(a) assistente social.

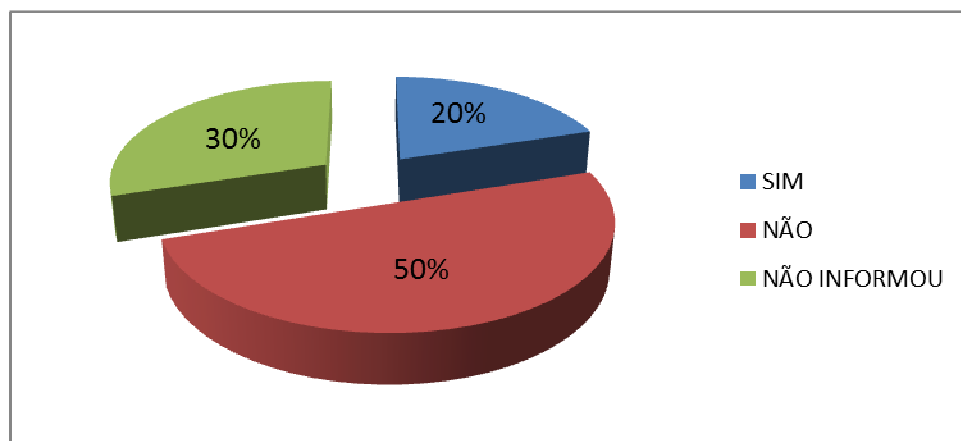
**Gráfico 11 – Você sabe quais são as competências e atribuições de um assistente social?**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

Por fim, 05 (cinco) integrantes afirmaram que nunca foram atendidos por um (a) assistente social, 03 (três) não informaram e 02 (dois) integrantes disseram já terem sido atendidos por assistentes sociais, conforme pode ser observado no gráfico 12.

**Gráfico 12 – já foi atendido por um assistente social?**



Fonte: Questionários aplicados em Barra do Piraí.

As informações obtidas revelam a necessidade de que a comunidade obtenha mais esclarecimentos acerca das políticas e programas governamentais, bem como em relação ao profissional do Serviço Social, tendo em vista a sua atuação técnica no que se refere à efetividade dos direitos.

## **PINHEIRAL**

O Grupo de Jongo de Pinheiral é formado por moradores da comunidade que buscam manter viva essa expressão cultural de origem africana deixada pelos negros escravizados da Fazenda São José dos Pinheiros. Em 1996, foi fundado o “Centro de Referências e Estudos Afro do Sul Fluminense” (CREASF), com o objetivo de preservar a dança de jongo e aprimorar a biblioteca cultural afro brasileira da região. O CREASF integra a rede de pontos de Cultura desenvolvendo atividades em escolas e articulando outros grupos de cultura popular da região. Atualmente, o Grupo de Jongo de Pinheiral conta com cerca de 50 (cinquenta) integrantes.

O município de Pinheiral localiza-se as margens do Rio Paraíba do Sul e seu grupo de jongo possui longa trajetória e militância na área da cultura negra. O grupo atualmente está em processo de reivindicação do título de remanescente de quilombo. De acordo com Mattos e Abreu (2011)<sup>12</sup> é a partir da memória dos antepassados e do patrimônio cultural do jongo que o grupo fundamenta sua reivindicação:

A maior parte descende de escravos de fazendas próximas e migrou para as proximidades do antigo casarão dos Breves, também ramal ferroviário e escola agrícola nas primeiras décadas do século XX, em busca de melhores oportunidades de vida ou expulsos de seus pequenos lotes de terra, em levadas sucessivas, após a abolição em 1888.

A área do quilombo pretendida é o que restou da suntuosa sede da fazenda do Pinheiro, local central e de residência do poderoso comendador José de Souza Breves, e seu entorno, com o antigo jardim, os terreiros de café e algumas antigas senzalas reformadas para residências. (MATTOS e ABREU, 2011, p.14)

---

<sup>12</sup> ABREU Martha e MATTOS. Hebe. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Revista Ibero-americana, Berlim, 2011.

Nesse sentido, o grupo de jongo de Pinheiral teve sua origem nas terras da Fazenda de São José do Pinheiro, muito rica na plantação de café no século XIX, pertencente à família Breves. Seu histórico e posicionamento nos movimentos políticos e culturais remetem à importantes articulações com diversas organizações, universidades e pesquisadores. A formação e atuação do grupo são baseadas na liderança de Maria de Fátima da Silveira Santos, de 57 anos, e suas irmãs Maria das Graças e Maria Amélia, ambas de família de antigos e respeitados jongueiros, todas as professoras e com nível superior completo. Reúnem um grupo atuante composto por jovens, adultos e idosos. O trabalho educativo desenvolvido é pioneiro a partir do objetivo de preservar a prática do jongo e divulgar a cultura afro no Sul Fluminense.

Organizados politicamente, formam uma organização não governamental, o CREASF - Centro de Referência e Estudos Afro do Sul Fluminense, fundada em 1998 e engajada nos movimentos sociais e culturais relacionados ao negro:

O quilombo de Pinheiral emergiu então em um contexto de revitalização de um patrimônio histórico e cultural negro inscrito em uma construção senhorial, representante do poder dos proprietários de terras e escravos do Vale do Paraíba. Seus integrantes defendem a manutenção e o revigoramento de uma memória e história afro-brasileira na área, marcada pelo jongo e pela escravidão. Tem como objetivo dar visibilidade a um patrimônio cultural imaterial herdado de seus antepassados escravos e africanos, a partir de um outro patrimônio, arquitetônico e artístico, símbolo dos senhores dos velhos vales do café.

Os quilombolas de Pinheiral reivindicam ser legítimos herdeiros desse patrimônio cultural material, o casarão - construído a partir do trabalho e sacrifício de seus antepassados. Em diferentes períodos a história dos afrodescendentes na região foi ameaçada e esquecida, em função da sua precariedade material de vida. É exatamente esse passado, transformado em patrimônio imaterial da comunidade e bandeira de luta e resistência pela manutenção e reprodução de uma determinada história e memória, que pretendem ver garantido no antigo território do café, no Vale do Paraíba fluminense e paulista. (MATTOS e Abreu, 2011, p.15)<sup>13</sup>

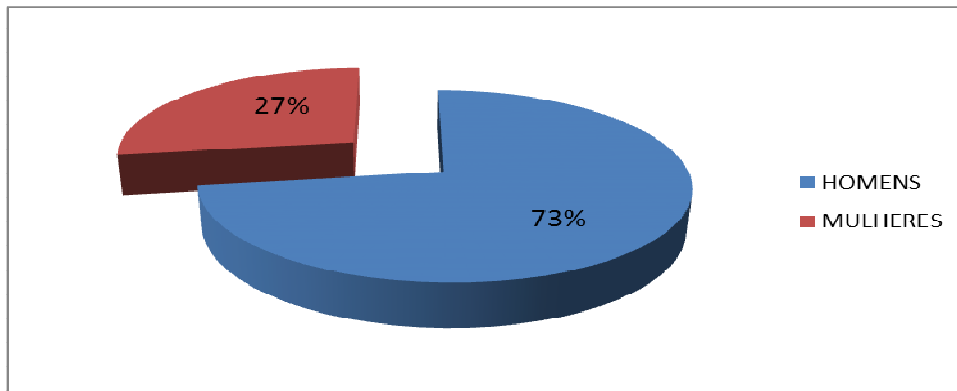
---

<sup>13</sup> Op. Cit.



Foram aplicados 11 (onze) questionários que permitiram obter informações acerca do perfil dos integrantes do grupo de Jongo de Pinheiral. Responderam aos questionários 08 (quatro) homens (73%) e 03 (três) mulheres (27%), conforme o gráfico 13.

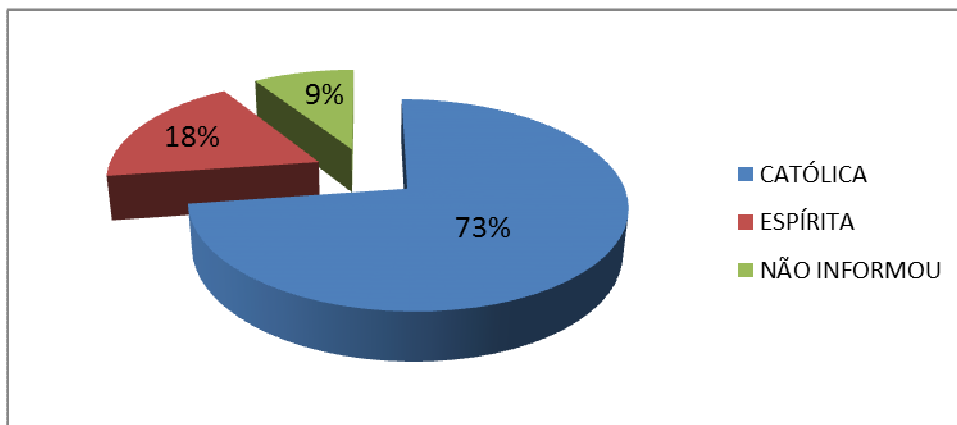
**Gráfico 13 – Sexo/Gênero dos Respondentes**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

O gráfico 14 mostra que em relação à religião, 08 (oito) integrantes informaram serem católicos (73%), 02 (dois) afirmaram ser espíritas (18%) e 01 (um) não informou a religião (30%).

**Gráfico 14 – Religião dos Respondentes**

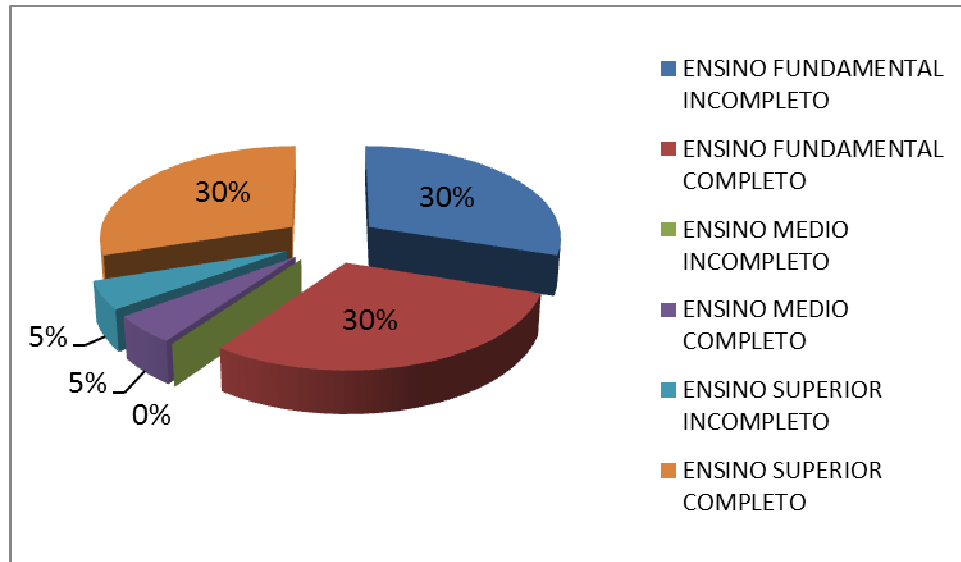


Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Em relação à educação, do total de 20 (vinte) integrantes do grupo dos quais obtivemos informações, 06 integrantes possuem ensino fundamental incompleto (30%), 06 integrantes informaram possuir ensino fundamental completo (30%), 01 integrante possui ensino médio

completo (5%), 01 integrante possui ensino superior incompleto (5%) e 06 integrantes possuem ensino superior completo (30%).

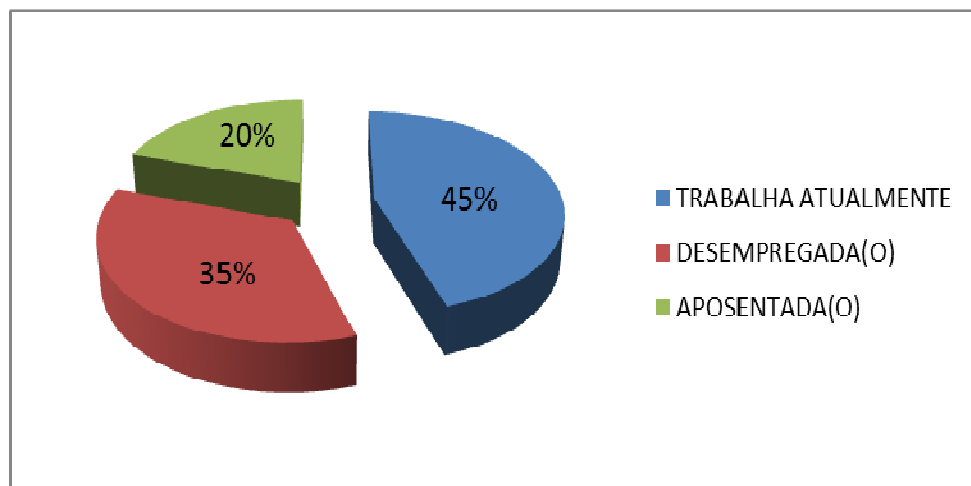
**Gráfico 15 – Escolaridade dos Integrantes do Grupo**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

No que se refere ao trabalho, foram apresentadas profissões como do lar, pedreiro, secretária, mecânico industrial, doméstica, autônomo, professora, balconista, estudante, administrador, gari, monitor escolar. O gráfico 16 mostra que dos 20 (dez) integrantes dos quais obtivemos informações, 45% trabalham e 35% não trabalho e 20% são aposentados.

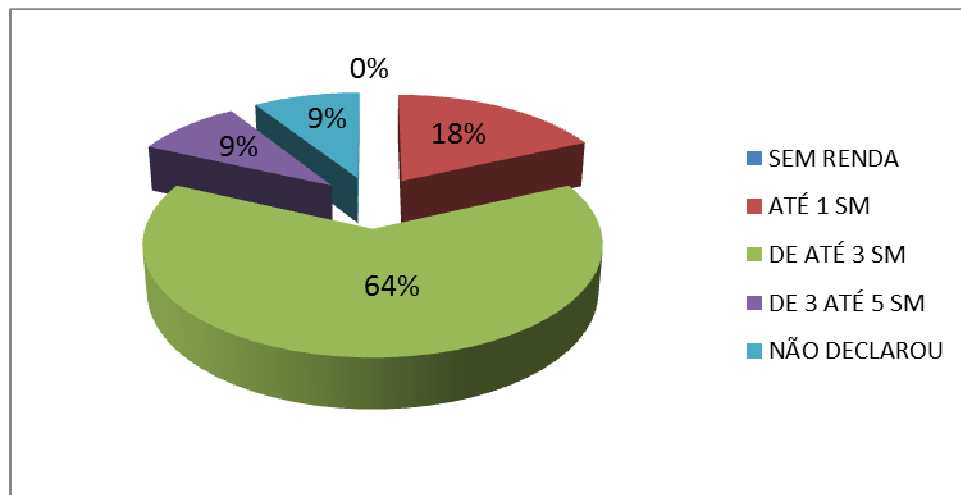
**Gráfico 16 – Inserção no Mercado de Trabalho**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Em relação à renda familiar, do total de 11 famílias pesquisadas 18% apresenta renda de até 01 salário mínimo, 64% das famílias possuem renda de até 03 (três) salários mínimos, 9% possui renda entre 3 e 5 salários mínimos e 9% não informou a renda familiar, segundo informações que constam do gráfico 17.

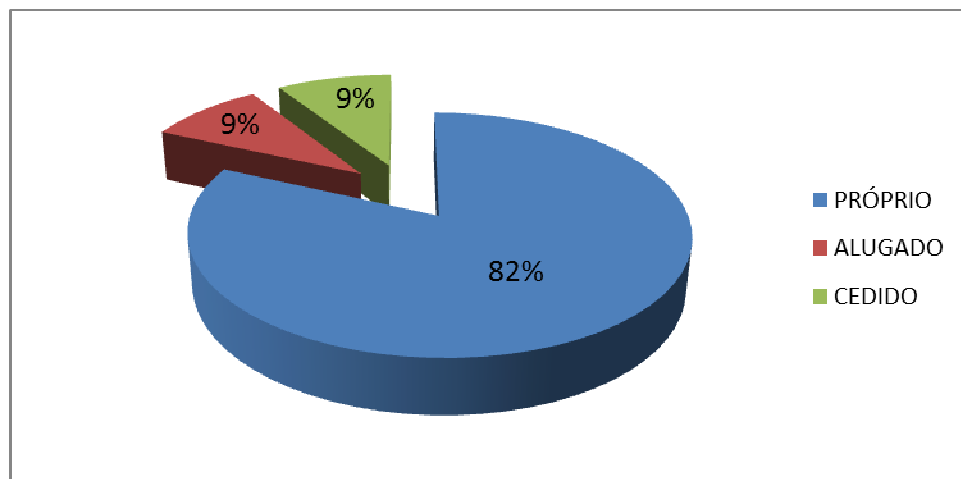
**Gráfico 17 – Renda Familiar**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Além disso, em relação à situação do domicílio todos afirmaram residir na área urbana, sendo que 82% dos respondentes residem em imóvel próprio, 9% em imóvel alugado e 9% em imóvel cedido, conforme o gráfico 18.

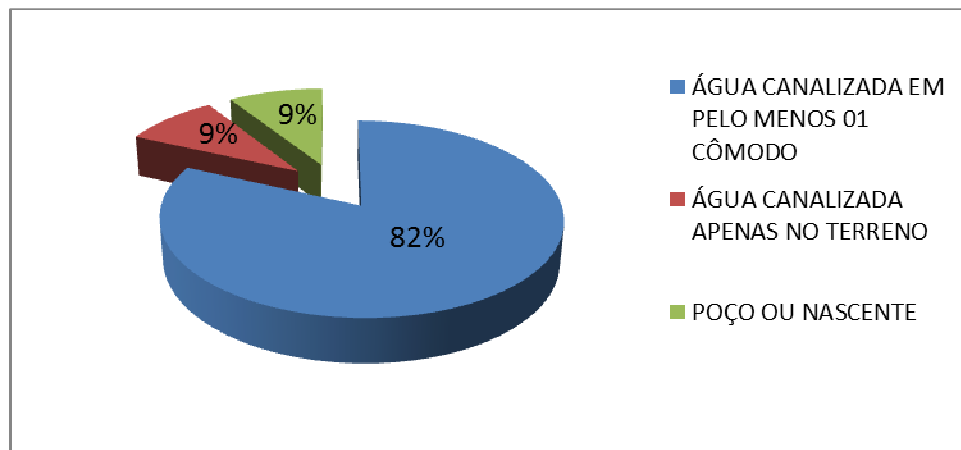
**Gráfico 18 – Situação do Domicílio**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Em relação ao tratamento de esgoto, apenas 03 (três) integrantes responderam que o domicílio é ligado a rede geral. No que se refere à água canalizada, 82% dos respondentes informaram que a água é canalizada em pelo menos um cômodo, 9% água canalizada apenas no terreno e 9% em poço ou nascente, conforme pode ser observado no gráfico 19.

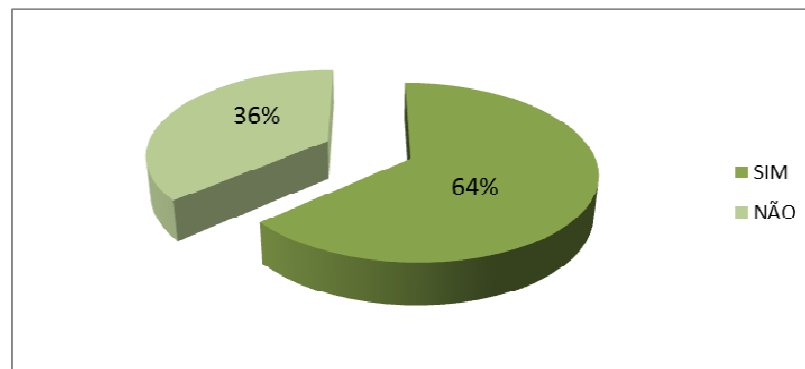
**Gráfico 19 – Água Canalizada no Domicílio**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Em relação à saúde, 64% dos respondentes informaram que possuem doenças crônicas e fazem uso de medicação contínua, conforme o gráfico 20. A hipertensão atinge os 05 (cinco) integrantes, sendo que uma 01 (um) também é cardiopata. Além disso, todos afirmaram que procuram os serviços públicos de saúde, sendo que 06 (seis) também utilizam práticas de medicina tradicional como o uso de chás e ervas medicinais. Somente 01 (um) integrante afirmou procurar benzedadeiras.

**Gráfico 20 – Possui alguma doença/problema de saúde?**

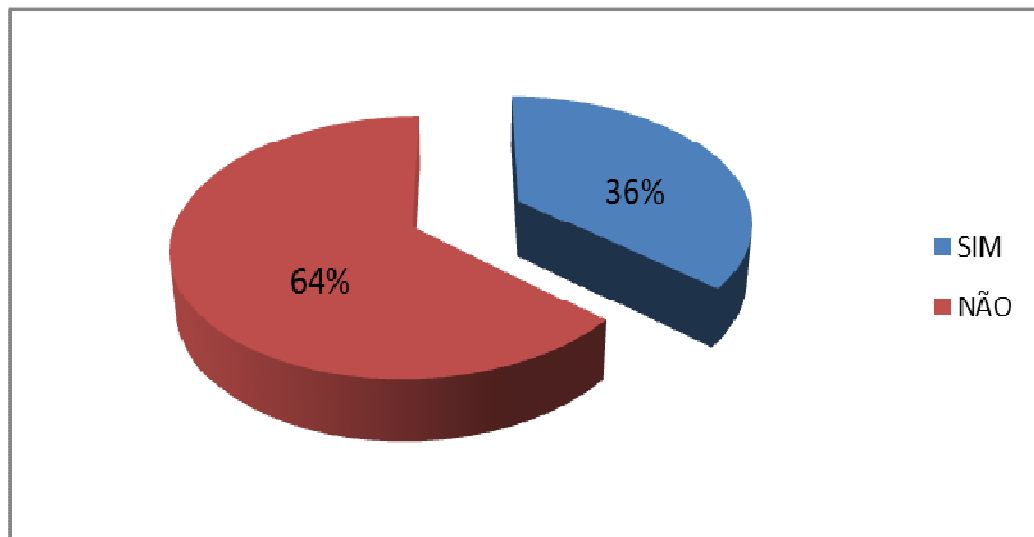


Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

No que se refere às políticas culturais, todos os integrantes informaram que não recebem recursos do IPHAN e destacaram a burocracia e ausência de conhecimentos específicos como os principais entraves para a captação de recursos a serem destinados ao desenvolvimento das atividades do grupo.

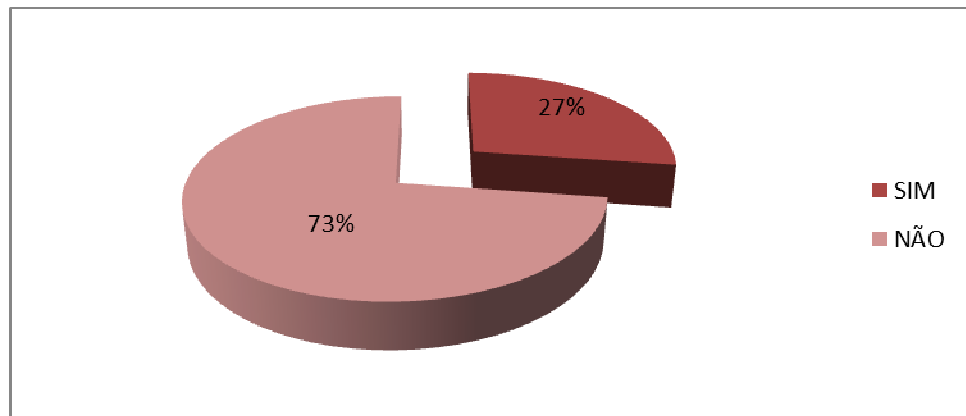
Além disso, a partir das respostas apresentadas nos questionários foi percebido um baixo grau de articulação com outros movimentos sociais. 64% dos respondentes não participam de outros movimentos sociais. Dos 36% que informaram participar de outros grupos, tais como blocos de folia, movimento negro, pastoral afro e movimento de juventude.

**Gráfico 21 – Além do grupo de jongo/caxambu, você participa de algum outro grupo, associação ou movimento organizado?**



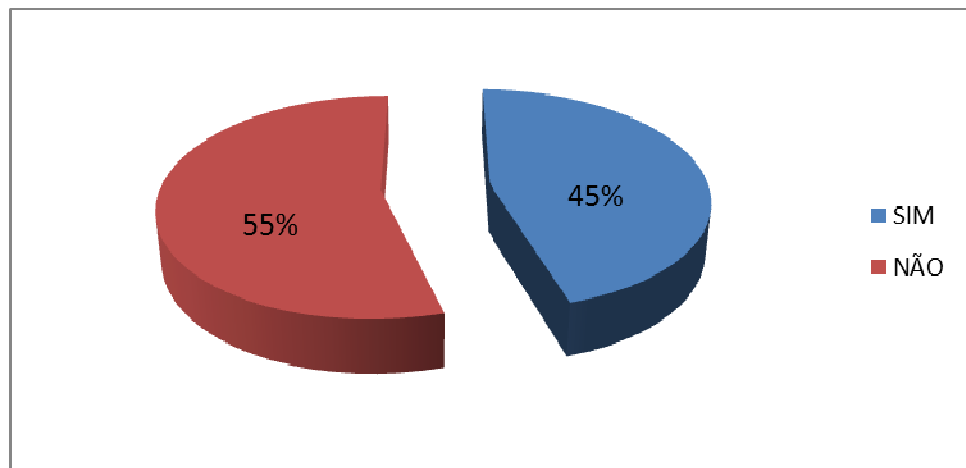
Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

A inserção nos programas sociais do governo também se revelou bastante frágil. Esse aspecto foi bastante ressaltado pelos integrantes do grupo que afirmaram a necessidade de maior inserção do poder público no território. O gráfico 22 mostra que apenas 27% estão inseridos em programas sociais, nesse caso específico, trata-se do Programa Bolsa Família.

**Gráfico 22 – Você participa de algum Programa Social?**

Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

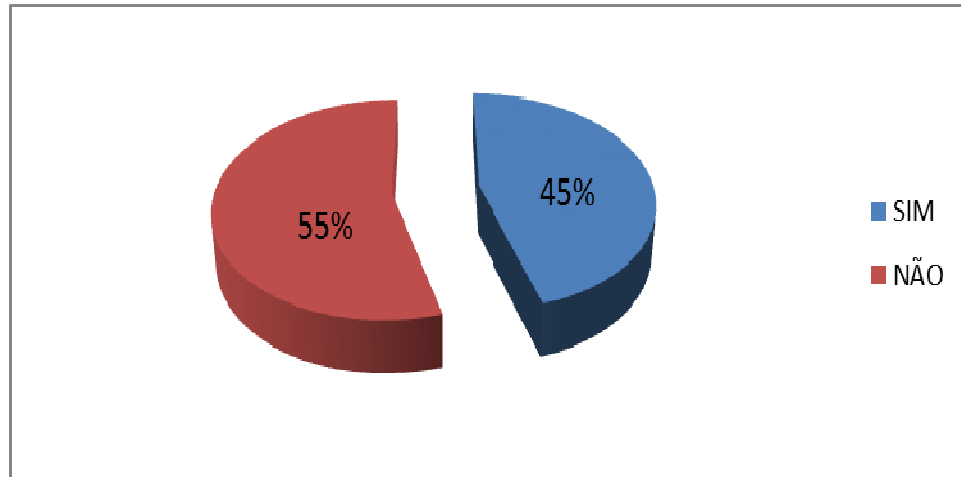
E, em relação aos serviços socioassistenciais, o gráfico 23 mostra que 82% dos respondentes informaram que conhecem um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) ou um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Contudo, 60% respondeu que não sabe para que serve o equipamento.

**Gráfico 23 – Conhece um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)?**

Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

No que se refere ao conhecimento sobre as competências e atribuições do (a) assistente social, o gráfico 24 mostra que 55% dos respondentes disseram não saber o que faz um assistente social e 45% afirmaram saber qual é o papel do (a) assistente social.

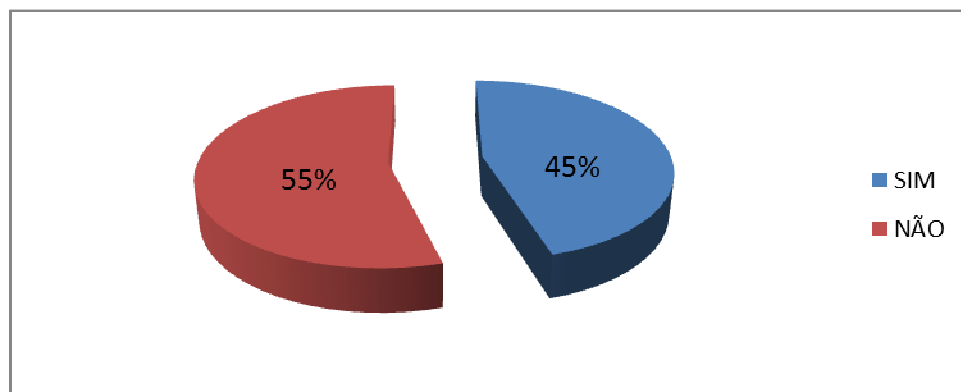
**Gráfico 24 – Você sabe quais são as competências e atribuições de um assistente social?**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

O gráfico 25 mostra que 55% dos respondentes já foram atendidos por um (a) assistente social, ao passo que 45% informaram nunca terem sido atendidos por um assistente social. É importante observar que o atendimento se deu majoritariamente em virtude do cadastro e verificação de documentos para possível inserção do integrante no programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF).

**Gráfico 25 – Já foi atendido por um assistente social?**



Fonte: Questionários aplicados em Pinheiral.

Pode-se perceber que, no caso de Pinheiral, o conhecimento acerca das competências profissionais dos assistentes sociais está diretamente relacionado à atuação desse profissional junto a alguns integrantes do grupo jogueiro de Pinheiral.

## **DISCUSSÃO**

Inicialmente, pudemos perceber que existe uma diferença marcante no que se refere à organização e articulação política dos dois grupos pesquisados. Os dados relativos à faixa etária, renda e escolaridade podem nos auxiliar a compreender essas diferenças.

Inicialmente e segundo as informações obtidas, o jongo ainda é uma dança praticada por indivíduos que se auto identificam como negros (ou seja, é soma dos indivíduos pretos e pardos, de acordo com as categorias censitárias do IBGE), nos municípios de Barra do Piraí e Pinheiral.

De acordo com as informações obtidas junto aos respondentes de Barra do Piraí, o grupo apresenta maior faixa etária e menor grau de escolaridade. Nenhum dos integrantes possuía nível superior e a inserção no mercado de trabalho se apresentou está ligada a atividades que proporcionam baixos rendimentos. Dessa forma, a renda familiar do grupo de Barra do Piraí chega, no máximo, a 03 (três) salários mínimos, sendo que uma família não possui renda.

Apesar do perfil de vulnerabilidade apresentado pelas famílias a partir do que podemos depreender das informações obtidas nos questionários, a participação desses jogueiros em programas do governo é bastante insatisfatória. Nesse sentido, percebemos que apesar de serem potenciais usuários de políticas, programas e serviços socioassistenciais, esses indivíduos se encontram sob ameaça de violação ou já tem seus direitos fundamentais violados. É bastante alto (57%) o desconhecimento acerca da existência de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

No que se refere ao grupo de jongo de Pinheiral, foi percebido que o perfil etário é mais jovem e um maior nível de escolarização entre os respondentes. Apesar de 30% dos respondentes terem o ensino superior completo, a taxa de desemprego é expressiva (45%) e, a



maior parte dos indivíduos que trabalham, estão inseridos em ocupações subalternas (apenas uma integrante informou exercer cargo de direção).

Por outro lado, percebemos maior nível de informação acerca dos equipamentos e serviços socioassistenciais (um dos informantes ressaltou que uma assistente social já foi em Pinheiral para conhecer o ponto de cultura CREASF). Esse dado talvez reflita um maior grau de inserção das famílias vulneráveis no Programa Bolsa Família (PBF). Entretanto, ainda é expressivo o desconhecimento sobre a existência sobre do CRAS e do CREAS, bem como dos serviços oferecidos por esses equipamentos.

No que se refere à saúde é interessante observar que os integrantes de Barra do Pirai, além de utilizarem os serviços de saúde, recorrem às práticas tradicionais de medicina como benzedoiras, chás e ervas medicinais, ao passo que apenas um integrante do grupo de jongo de Pinheiral admitiu se utilizar dessas práticas. É importante ressaltar que a hipertensão é doença crônica que mais atinge os respondentes.

Destaca-se, ainda, que a liderança das mulheres negras em ambos os grupos é algo marcante. Essa informação coincide com estudos recentes que vêm mostrando o papel dessas mulheres nas suas comunidades, como lideranças articuladoras das demandas por direitos em diferentes espaços. Apesar de serem agentes históricos de resistência (CARNEIRO, 2003), a presença e importância dessas mulheres nos movimentos sociais somente tem sido objeto de pesquisa mais recente, mesmo nos domínios mais tradicionais que investigam a presença das mulheres na História (PEDRO, 2005).

Outro dado interessante se refere à identificação religiosa. Os integrantes de ambos os grupos se identificaram majoritariamente como católicos. Esse dado é interessante na medida em que apesar de o jongo não ser identificada como uma expressão religiosa, muitas de suas práticas refletem a proximidade com a umbanda. Estudos recentes têm demonstrado que a autoidentificação de adeptos de religiões de matrizes africanas com o catolicismo ou espiritismo (kardecismo) talvez seja reflexo da perseguição religiosa empreendida pelo Estado formal e informalmente ao longo dos séculos. Então, essa seria uma forma de fugir aos preconceitos e práticas discriminatórias nos diferentes domínios da vida social.

As dificuldades materiais podem ser apontadas como fatores que explicam o baixo grau de associativismo no interior do grupo de Barra do Piraí. Apesar de ambos os grupos reconhecerem a importância de articulação política, seus integrantes demonstraram baixo grau de associativismo com outros movimentos sociais. Além disso, a participação de alguns integrantes do grupo jongueiro de Barra do Piraí se dá, majoritariamente, em outros grupos voltados à cultura negra. No caso de Pinheiral, alguns integrantes informaram participar do movimento negro da região.

## **CONCLUSÕES**

Durante a pesquisa, foi realizada a discussão de documentários historiográficos e de textos sobre o jongo como patrimônio cultural imaterial, os conceitos de cultura popular, identidade cultural e gênero. A partir dessas discussões elaboramos um questionário socioeconômico com o objetivo de traçar um perfil das comunidades jongueiras de Barra do Piraí e sua relação com as políticas culturais e de seguridade social. A análise dos dados coletados em ambos os municípios nos permitiu apontar algumas conclusões gerais. Em primeiro lugar, os grupos jongueiros necessitam que o poder público atue de forma mais intensiva e articulada para que, no nível local, seja garantida a efetividade dos direitos culturais e sociais, sob análise. Em segundo lugar, foi percebido que o Serviço Social possui um papel importante para a garantia desses direitos. Essa afirmação reside no fato de que foi percebido que alguns direitos não são efetivados devido ao desconhecimento demonstrado por parte de potenciais usuários dos serviços socioassistenciais. Além disso, mostra-se necessário um aprofundamento acerca das demandas desses sujeitos face ao poder público. Essa afirmação é justificada na medida em que o governo brasileiro vem formalizando essas demandas através da elaboração, implementação e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial que devem seguir os princípios e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR (BRASIL, 2003) e pelo Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR). E, recentemente foi aprovada a Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010, denominada Estatuto da Igualdade Racial, que tem por objetivo reforçar a necessidade de implementação de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais existentes entre os diferentes grupos etnicorraciais que compõem a população brasileira.

Nesse sentido, consideramos que, se por um lado, o reconhecimento do jongo enquanto patrimônio cultural imaterial, que integra os denominados direitos culturais foi fundamental para a sua preservação e renovação, por outro, é preciso esse reconhecimento seja acompanhado de políticas sociais básicas (universais) articuladas às políticas específicas já existentes voltados para os indivíduos desses grupos, conforme dispõe a PNPIR, o PLANAPIR e o Estatuto da Igualdade Racial.

Assim, surgem novos questionamentos sobre a ação do poder público local como ator fundamental para implementação dessas políticas, bem como os desafios colocados aos historiadores enquanto agentes ativos do dever de memória (HEYMANN, 2006) e aos assistentes sociais enquanto profissionais que tem como um dos princípios ético-olíticos a promoção dos direitos humanos e da emancipação humana (BARROCO, 2004, 2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Editora Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º. 32, p. 5–11, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out., 1988.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: **Cadernos Especiais**. n. 37, 2006, p. 01-13. Disponível em [www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br). Acesso em: 10 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, Ética e Direitos Humanos. In: **Praia Vermelha**, n. 11, 2004, p. 184-194.

BRASIL. **Lei n.º. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.ºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: **Cadernos Especiais**. nº. 37, 2006, p. 01-13.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Mar. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

FLORES, Joaquín Herrera Flores. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

\_\_\_\_\_. Os direitos humanos no contexto da globalização. In: **Lugar Comum**, 2008, n.º 25-26, p. 39-71.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. In: **Educação e Pesquisa**, jan-jun., ano/vol. 29, n.º. 1, São Paulo: USP, 2003, pp. 97-103.

HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; CPDOC, 2006.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. **Jongo, patrimônio imaterial brasileiro**. Disponível em: [www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=517](http://www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=517). Acesso em: 07 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Dossiê Jongo do Sudeste**. Rio de Janeiro: Iphan/ MinC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan**. Registro do Jongo no Livro de Registro das Formas de Expressão do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Brasília: IPHAN, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=548>. Acesso em: 07 set. 2012.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Jongo, registros de uma história. In: LARA, Silvia Hunold.

\_\_\_\_\_. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Revista Ibero-americana**, Berlim, 2011.

MATTOS, Hebe, Abreu, Martha (dir. geral). **Jongos, Calangos e Folias. Música Negra, memória e poesia.** Rio de Janeiro: UFF, Labhoi, 2008. 1 DVD: 45 min.

OLIVEIRA, Luana da Silva. Jongo – de patrimônio familiar a patrimônio cultural brasileiro: permanências e transformações entre tradição e modernidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Simpósio Nacional de História 25. História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Entre o silêncio e o reconhecimento oficial: o jongo/caxambu em Barra do Pirá. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Fortaleza. **Anais...** Simpósio Nacional de História 27. Conhecimento e Diálogo Social. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: [http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364919693\\_ARQUIVO\\_ENTREOSILENCIOE ORECONHECIMENTOOFICIAL-Anpuh2013.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364919693_ARQUIVO_ENTREOSILENCIOE ORECONHECIMENTOOFICIAL-Anpuh2013.pdf). Acesso em: 01 dez. 2013.

PACHECO, Gustavo (orgs.) **Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949.** Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007, pp. 69-108.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 Mar. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.